

**PUBLICADO***Haja Ponto Sel*

Edição 1152

Página 10

Data 31/07/19

**LEI Nº 4697**

**Súmula:** Ratifica o Protocolo de Intenções celebrado com Municípios da Região dos Campos Gerais e autoriza o ingresso do Município de IRATI-PR no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAMU CAMPOS GERAIS - CIMSAMU e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAMU CAMPOS GERAIS – CIMSAMU**, celebrado com Municípios da Região dos Campos Gerais e que pretende a instituição de um Consórcio Público para executar ações e serviços na área de regulação das urgências, transporte de pacientes graves e atendimento pré-hospitalar móvel que estejam ligados à Política Nacional de Atenção às Urgências do Sistema Único de Saúde, conforme Protocolo de Intenção em anexo.

**Art. 2º** - Fica autorizado o ingresso do Município de IRATI - PR no Consórcio Intermunicipal SAMU Campos Gerais - CIMSAMU, nos termos do Protocolo de Intenções, em anexo.

**Art. 3º** - O Município de IRATI-PR contribuirá, pelo sistema de rateio, para a manutenção e prestação dos serviços pelo CIMSAMU, nos termos previstos no Protocolo de Intenções, bem como em Estatuto da Entidade, devidamente redigido e aprovado, conforme as condições predeterminadas naquele documento, atendendo às previsões orçamentárias previstas em lei anual.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 10 de julho de 2019.



**Jorge David Derbli Pinto**  
Prefeito Municipal

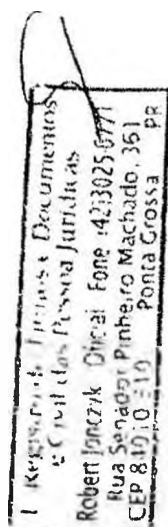
11/7

**PROTOCOLO DE INTENÇÕES PARA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAMU CAMPOS GERAIS - CIMSAMU**

Os Municípios ao final signatários, quais sejam: Município de ARAPÓI (1), inscrito no CNPJ sob nº. 75.658.377/0001-31, com sede da Prefeitura à Rua Plácido Leite, nº 135, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Braz Rizzi; o Município de CARAMBELI (2), inscrito no CNPJ sob nº. 01.613.765/0001-60, com sede da Prefeitura à Rua das Águas Marinhas, 450, Centro, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Osmar Blum; o Município de CASTRO (3), inscrito no CNPJ sob nº. 77.001.311/0004-08, com sede da Prefeitura à Praça Pedro Kaled, nº 22, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Moacyr Fadel; o Município de CURIUVA (4), inscrito no CNPJ sob nº. 76.167.725/0001-30, com sede da Prefeitura à Avenida Antonio Cunha, s/n, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Nata Nael Moura dos Santos; o Município de FERNANDES PINHEIRO (5), inscrito no CNPJ sob nº. 01.619.323/0001-20, com sede da Prefeitura à Avenida Remis João Loss, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Cleonice Aparecida Kufener Schuck; o Município de GUAMIRANGA (6), inscrito no CNPJ sob nº. 01.616.255/0001-46, com sede da Prefeitura à Rua Diogo Emanuel de Almeida, 234, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Angelo Machado; o Município de IMBAU (7), inscrito no CNPJ sob nº. 01.613.770/0001-72, com sede da Prefeitura à Rua Francisco Siqueira Kortz, 471, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Laurir de Oliveira; o Município de IMBITUVA (8), inscrito no CNPJ sob nº. 76.175.892/0001-23, com sede da Prefeitura à Rua José Bhurer, 462, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Bertoldo Rover; o Município de INACIO MARTINS (9), inscrito no CNPJ sob nº. 76.178.029/0001-20, com sede da Prefeitura à Rua Sete de Setembro, 332, Centro, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Edemétrio Benato Junior; o Município de IPIRANGA (10), inscrito no CNPJ sob nº. 76.175.934/0001-26, com sede da Prefeitura à Rua XV de Novembro, 545, Centro, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Luiz Blum; o Município

(11/37)

de IRATI (11), inscrito no CNPJ sob nº. 75.654.574/0001-24, com sede da Prefeitura à Rua Coronel Emilio Gomes, 22, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Jorge Derbli; o Município de IVAI (12), inscrito no CNPJ sob nº 76.175.918/001-33, com sede da Prefeitura à Rua Rui Barbosa, 632, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Idir Treviso; o Município de JAGUARIAIVA (13), inscrito no CNPJ sob nº. 76.910.900/001-38, com sede da Prefeitura à Praça Isabel Branco, 142, Cidade Alta, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Jose Sloboda; o Município de MALLET (14), inscrito no CNPJ sob nº. 75.654.566/0001-36, com sede da Prefeitura à Rua Major Estevão, 180, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Moacir Alfredo Szinvelski; o Município de ORTIGUEIRA (15), inscrito no CNPJ sob nº. 77.721.363/0001-40, com sede da Prefeitura à Rua São Paulo, nº 80, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Lourdes Banach; o Município de PALMEIRA (16), inscrito no CNPJ sob nº 76.179.829/0001-65, com sede da Prefeitura à Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 11, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Edir Havrechaki; o Município de PIRAI DO SUL (17), inscrito no CNPJ sob nº 77.001.329/0001-00, com sede da Prefeitura à Praça Alipio Domingues, nº 34, Centro, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. José Carlos Sandrini; o Município de PONTA GROSSA (18), inscrito no CNPJ sob nº. 76.175.884/0001-87, com sede da Prefeitura à Avenida Visconde de Taunay, nº 950, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Marcelo Rangel; o Município de REBOUÇAS (19), inscrito no CNPJ sob nº. 77.774.859/001-82, com sede da Prefeitura à R. José Afonso Viêira Lopes, 9 - Centro, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Luiz Eceraldo Zak; o Município de RESERVA (20), inscrito no CNPJ sob nº. 76.169.879/001-61, com sede da Prefeitura à Avenida Cel. Rogerio Borba, nº 741, Centro, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Frederico Bittencourt Hornung; o Município de RIO AZUL (21), inscrito no CNPJ sob nº. 75.963.256/0001-01, com sede da Prefeitura à Rua Guilherme Pereira, nº 482, Centro, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Rodrigo Skalicz Solda; o Município de SÃO JOÃO DO TRIUNFO (22), inscrito no CNPJ sob nº. 75.193.516/0001-07, com sede da Prefeitura à Rua Tenente Cel. Carlos Souza, nº 312, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Abimael Do Valle; o Município de



03/32

SENGES (23), inscrito no CNPJ sob nº 09 271.085/0001-17, com sede da Prefeitura à Rua Antonio Gonçalves de Castro Neto, nº 1240, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Nelson Ferreira Ramos; o Município de ILEXEIRA SOARES (24), inscrito no CNPJ sob nº 75 963 850/0001-94, com sede da Prefeitura a R. XV de Novembro, 135 - Centro, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Lula Thomaz; o Município de TELEMAGO BORBA (25), inscrito no CNPJ sob nº. 76.170.240/0001-24, com sede da Prefeitura à Praça Dr. Horacio Klabin, Nº 37, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Marcio Artur de Matos, o Município de TIBAGI (26), inscrito no CNPJ sob nº. 76 170.257/0001-53, com sede da Prefeitura à Praça Edmundo Mercer, nº 34, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Rildo Emanuel Leonardi, o Município de VENTANIA (27), inscrito no CNPJ sob nº. 95.685.798/001-69, com sede da Prefeitura à Avenida Anacleto Bueno de Camargo, nº825, Centro, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito o Sr. Antonio Helly Santiago; por reconhecerem a importância e a necessidade de promover melhorias na Política Nacional de Atenção às Urgências na Região dos Campos Gerais do Estado do Paraná, bem como:

- considerando os objetivos, princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) expostos nas Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90;

considerando a competência municipal para realizar as ações e serviços objetivando atendimento à saúde da população no âmbito da Política Nacional de Atendimento às Urgências;

- considerando as disposições da lei nº 11.107/2005, regulamentada pelo decreto nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação, pelos entes federativos, de consórcios públicos e dá outras providências;

- considerando o que preceitua o artigo 21 da Lei Complementar nº 141/2012, onde prevê que os Estados e os Municípios que estabelecerem consórcios ou outras formas legais de cooperativismo, para a execução conjunta das ações e serviços de saúde e cumprimento da diretriz constitucional de regionalização e hierarquização da rede de serviços, poderão remanejar entre si parcelas dos recursos dos Fundos de Saúde derivadas tanto de receitas próprias como de transferências obrigatórias, que serão administradas segundo modalidade gerencial

1 - Registro em Títulos e Documentos  
e Cartas de Pessoa Jurídica  
Robert Jonczyk Oficial Fone (41) 3025-6771  
Rua Senador Pinheiro Machado, 361  
CEP 84010-310 Ponta Grossa - PR

01/11/2007

pactuadas pelos entes envolvidos, devendo estar, contudo, em consonância com os preceitos do Direito Administrativo Público, com os princípios inscritos na Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, na Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e na Lei nº 11.107 de 6 de abril de 2005, e com as normas do SUS pactuadas na Comissão Inter Gestores Tripartite e aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde.

Entendem como necessária a adoção de entidade sob a forma de Consórcio Público de Direito Privado para fins de gerenciamento e execução da política de urgência e emergência, segundo o exposto no artigo 241 da Constituição Federal, na Lei nº 11.107/2005 devidamente regulada pelo Decreto nº 6.017/2007, o que fazem mediante as seguintes cláusulas e disposições.

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

Cláusula 1ª - O presente protocolo visa à constituição do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAMU CAMPOS GERAIS, doravante denominado CIMSAMU, na forma de associação civil sem fins lucrativos com personalidade jurídica de direito privado, sediado no município de Ponta Grossa, Paraná, com a finalidade de executar ações e serviços na área de regulação das urgências, transporte de pacientes graves e atendimento pré-hospitalar móvel que estejam ligados à Política Nacional de Atenção às Urgências do SUS, em conformidade com a legislação pertinente, a pactuação dos gestores do SUS e os atos administrativos que lhe digam respeito.

§ 1º - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAMU CAMPOS GERAIS reger-se-á, igualmente pelo seu Estatuto Social, Regimento Interno, pelo Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum que adotar, pelo Contrato de Rateio, e pelos demais atos, instruções, normas e decisões que forem aprovadas pelos seus Órgãos Deliberativos, respeitado as disposições deste Protocolo, bem como pelos dispositivos legais e regulamentares originários do Poder Público, que lhe forem aplicáveis.

§ 2º - Neste Protocolo de Intenções a expressão Consórcio Municipal, a sigla CIMSAMU e os vocábulos CONSÓRCIO e ENTIDADE, se equivalem para todos

Legislação, Juízes e Procuradores  
e Civil das Pessoas Jurídicas  
Robert Jonczyk Oficial Fone (41) 3025 6771  
Rua Senador Pinheiro Machado, 361  
CEP 84010-310 Ponta Grossa PR

05/32

os efeitos jurídicos, organizacionais, administrativos e gerenciais.

Cláusula 2ª - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAMU CAMPOS GERAIS terá a área de atuação coincidente com a área física dos Municípios consorciados.

## CAPITULO II

### OBJETIVOS, COMPETÊNCIAS E PRAZO.

CLAUSULA 3ª - Para o cumprimento de sua finalidade o CIMSAMU terá por objetivos:

- a) executar, total ou em conjunto, as ações e serviços de saúde ligados à política de urgência e emergência na região de sua abrangência;
- b) gerenciar e otimizar recursos humanos, financeiros e materiais existentes sob sua administração, respeitando a padronização determinada;
- c) realizar estudos, pesquisas ou projetos destinados à formação de recursos humanos nas áreas de interesse do consórcio para o cumprimento de sua finalidade;
- d) firmar convênios, contratos, termos de parceria, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos de governo, visando planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial, apoiando serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Estado;
- e) implantação de processos eletrônicos informatizados contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais, visando criar instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados à população regional;
- f) viabilizar a existência de infraestrutura de saúde regional na área territorial do consórcio, de maneira a propiciar a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;
- g) adquirir bens móveis e imóveis que entender necessários a ampla realização das finalidades do Consórcio, por meio de recursos próprios ou decorrentes de rateio, de investimento de seus consorciados, os quais integrarão o seu patrimônio.

1 Registro de Imóveis e Documentos  
e Civil das Pessoas Jurídicas  
Robert Jonczyk Oficial Fone (42)325-6771  
Rua Senador Pinheiro Machado, 361  
CEP 84010-310 Ponta Grossa PR

16/3/20

bem como recebê-los em doação, autorização de uso ou comodato, e, ainda, realizar a venda pública de bens considerados inservíveis,

h) adquirir equipamentos, insumos e produtos, drogas, medicamentos, necessários, à realização de serviços de saúde a população pertencente aos municípios da abrangência deste consórcio,

i) contratar e credenciar empresas especializadas para prestação de serviços de saúde através de chamamento público,

j) administrar ou gerenciar direta ou indiretamente, os serviços de saúde, programas governamentais e projetos afins e relativos às áreas de sua atuação, de forma suplementar ou complementar, desde que disponíveis pelos municípios consorciados, mediante contrato de rateio, nos termos da lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6017/2007.

k) criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população dos Municípios consorciados,

l) representar o conjunto dos Municípios que o integram, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outros órgãos e entidades e especialmente com as demais esferas institucionais de governo.

Cláusula 4ª - Em relação à gestão associada do serviço público serão competências do CIMSAMU:

a) manter em funcionamento as unidades de suporte básico e avançado, descentralizado em suas bases, observado o Plano de Ação Regional da Rede de Urgência e Emergência da Região dos Campos Gerais no Estado do Paraná;

b) manter e gerenciar a estrutura de regulação regional e as estruturas microrregionais do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU);

c) manter em funcionamento a Central de Regulação Médica das Urgências, utilizando número exclusivo e gratuito;

d) operacionalizar o funcionamento da rede de atenção das urgências no seu componente pré-hospitalar móvel, equilibrando a distribuição da demanda de urgência e proporcionando resposta adequada e adaptada às necessidades do cidadão por meio de orientação ou pelo envio de equipes visando atingir todos os

Registro de Títulos e Documentos  
e Civil das Pessoa Jurídicas  
Robert Jonczyk Oficial Fone (42)3025.6771  
Rua Senador Pinheiro Machado, 361  
CEP 84010-310 Ponta Grossa, PR



municípios da região de abrangência

e) realizar a regulação médica, diretamente ou à distância, de todos os atendimentos pré-hospitalares;

f) realizar o atendimento pré-hospitalar móvel de urgência, tanto em casos de traumas como em situações clínicas, prestando os cuidados médicos de urgência apropriados ao estado de saúde do cidadão e, quando se fizer necessário, transportá-lo com segurança e com acompanhamento de profissionais do sistema de atendimento ambulatorial ou hospitalar

g) regular e organizar as transferências inter-hospitalares de pacientes graves internados pelo SUS, ativando equipes apropriadas para as transferências de pacientes.

Cláusula 5ª - O CIMSAMU terá prazo indeterminado de vigência sendo que a sua extinção, quando porventura ocorrer, dar-se-á mediante aprovação em Assembleia Geral convocada nos termos do Estatuto Social.

### CAPÍTULO III

#### ENTES CONSORCIADOS

Cláusula 6ª - Compõem o CIMSAMU os seguintes entes federativos.

I - Os municípios ora signatários;

II - Os demais municípios do Estado do Paraná, legalmente reconhecidos, que aderirem ao presente Protocolo de Intenções após aprovação pela Assembleia Geral.

### CAPÍTULO IV

#### ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Cláusula 7ª - O CIMSAMU será dotado da seguinte estrutura administrativa:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria Administrativa;



III - Conselho Fiscal

IV - Comitê Gestor Regional de Atenção e Urgências;

V - Secretaria Executiva.

§ 1º Os membros da Assembleia Geral e da Diretoria Administrativa não poderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CIMSAMU CAMPOS GERAIS desviar que feitos os atos por eles praticados.

§ 2º Os membros da Assembleia Geral, da Diretoria Administrativa, do Conselho Fiscal e do Comitê Gestor não perceberão qualquer remuneração, bonificação ou vantagem pelo exercício de seus cargos, que serão considerados de relevante mérito público.

§ 3º O Quadro Geral de Cargos e Funções do CIMSAMU encontra-se definido no Anexo I, que passa a fazer parte integrante do presente Protocolo.

## CAPÍTULO V

### COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.

#### Seção I

##### Da Assembleia Geral

Clausula 8ª - A Assembleia Geral é o órgão máximo do CIMSAMU, de caráter deliberativo e normativo, e será constituída pelos Prefeitos dos Municípios consorciados.

§ 1º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no mês de março de cada ano para fins de:

I - Apreciar o relatório anual da Diretoria Administrativa;

II - Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;

III - Proceder, quando for o caso, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do

07/32

CIMSAMU nos termos previstos neste Protocolo de Intenções

§ 2º - A Assembleia Geral se realizará, extraordinariamente, sempre que houver razão relevante, a critério do Presidente do CIMSAMU, a pedido da Diretoria Administrativa, do Conselho Fiscal ou por solicitação, por escrito, de pelo menos maioria absoluta dos entes consorciados.

§ 3º - Ressalvados os casos específicos deste Protocolo de Intenções, a Assembleia Geral terá instalada a sua reunião desde que presentes a maioria absoluta dos entes consorciados.

§ 4º - As deliberações serão sempre por maioria simples dos entes consorciados, com exceção dos casos de aprovação e alteração estatutária, de extinção do CIMSAMU e destinação do seu patrimônio, oportunidade em que será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral especialmente convocada para tais fins.

§ 5º - O CIMSAMU adotará práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios da respectiva pessoa jurídica.

§ 6º - Os votos de cada membro da Assembleia Geral serão sempre singulares independentemente da quota de contribuição de cada Município consorciado.

§ 7º - Das reuniões do CONSÓRCIO serão lavradas atas, registradas em livro próprio.

§ 8º - As reuniões da Assembleia Geral deverão ser convocadas com pelo menos 08 (oito) dias de antecedência, devendo o edital ser publicado em Diário Oficial do Município sede ou em jornal de circulação regional, bem como enviado por e-mail para todos os municípios consorciados e postado no site do CIMSAMU.

Cláusula 9ª - Compete à Assembleia Geral do CIMSAMU:

I - decidir sobre os assuntos de interesse geral ou compatíveis com as finalidades do CONSÓRCIO, elaborando seu Estatuto Social, seu Regimento Interno e as alterações necessárias em tais instrumentos;

II - aprovar o Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum, com a observância

1. Registro de Transcrição  
e Cópia das Pessoas Jurídicas  
Robertson 74k Oficial Fone 1423023-5771  
Rua Senador Pimenta Machado 361  
CEP 89010-310 Ponta Grossa PR

*[Handwritten signatures and initials]*

das normas legais e técnicas pertinentes,

III - aprovar o relatório anual de ações e atividades, a proposta orçamentária anual,

IV - julgar as contas do CIMSAMU do ano anterior e apreciar seus relatórios;

V - orientar e supervisionar a política patrimonial e financeira do CIMSAMU;

VI - autorizar a alienação e a oneração de bens móveis e imóveis pertencentes ao CIMSAMU,

VII - aprovar o seu Regimento Interno;

VIII - aprovar o plano de cargos, funções, formas de provimento, salários e benefícios do pessoal do CIMSAMU, bem como deliberar sobre ajustes nos referidos assuntos, e a criação ou a extinção de cargos do quadro de pessoal do CONSORCIO,

IX - eleger, afastar ou destituir membros da Diretoria Administrativa, observada a legislação vigente;

X - autorizar o ingresso de novo Município que pretenda consorciar-se, observadas as disposições a serem previstas no Estatuto da ENTIDADE;

XI - deliberar sobre a exclusão de Município consorciado inadimplente com suas obrigações e contribuições perante o Consórcio,

XII - deliberar sobre a mudança de município sede, o que deverá ser aprovado por pelo menos 2/3 (dois terços) dos entes consorciados,

XIII - deliberar sobre os casos e situações omissas deste Protocolo de Intenções e do seu Estatuto Social;

XIV - estabelecer os casos de contratação temporária por excepcional interesse público.

## Seção II

### Da Diretoria Administrativa

Cláusula 10 - A Diretoria Administrativa é formada por Prefeitos dos Municípios

que compõem o CIMSAMU, eleita pela Assembleia Geral, conforme as normas previstas neste Protocolo de Intenções e futuramente, no Estatuto Social, sendo composta da seguinte forma

I - Presidente, o qual será o Presidente do CIMSAMU;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário.

IV - Tesoureiro

§ 1º - O mandato de qualquer dos membros da Diretoria Administrativa cessará automaticamente no caso de não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Município Consorciado, sendo que se a vacância for do cargo de Presidente assumirá o Vice-Presidente.

§ 2º - Caso a vacância seja dos cargos de Presidente e Vice-Presidente assumirá o Secretário e, em caso de sua impossibilidade, o Tesoureiro, sendo que deverão convocar a Assembleia Geral para deliberar sobre a realização de eleições para o preenchimento dos cargos vacantes, oportunidade em que os eleitos cumprirão o restante do mandato dos substituídos.

Clausula 11 - Compete a Diretoria Administrativa:

I - deliberar sobre a de doações e legados de bens imóveis, com ou sem encargos;

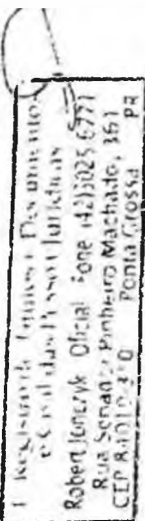
II - autorizar a celebração de convênio ou parceria com órgãos entidades afins nacionais, estrangeiros ou internacionais;

III - deliberar sobre a mudança de endereço do CIMSAMU dentro da mesma base territorial do município sede;

IV - deliberar sobre a aceitação de doações e legados de bens móveis ou imóveis ao CIMSAMU, com ou sem encargos;

V - autorizar a celebração de convênios, parcerias, entre outros ajustes congêneres com órgãos e entidades afins, nacionais, estrangeiros ou internacionais, para a consecução de seus objetivos e finalidade;

VI - autorizar a contratação de empregados para prover o seu quadro de Pessoal efetivo, para o desempenho de tarefas técnicas, administrativas e de manutenção,



Handwritten signatures and initials are present throughout the document, including a large signature at the bottom center and several smaller ones on the right side.

12/32

sempre precedida de seleção competitiva pública.

Cláusula 12 - Ao Presidente do CIMSAMU compete, especificamente:

- I - promover articulação permanente entre os Municípios consorciados,
- II - representar o CONSÓRCIO ou promover-lhe a representação, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele.
- III - Convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral, fazendo cumprir as deliberações e decisões tomadas por esse órgão;
- IV - firmar protocolos, acordos, ajustes, convênio, parcerias e contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, nacionais, estrangeiras ou Internacionais;
- V - nomear os cargos do CIMSAMU, observando-se a sua forma de provimento, as qualificações exigidas para tanto e o Plano de Cargos e Salários,
- VI - avocar, para si, para resolver ou decidir, os casos e situações que dependam de pronta decisão, *ad referendum* da Diretoria Administrativa ou da Assembleia Geral, conforme o caso;
- VII - homologar as licitações realizadas pelo CONSÓRCIO, autorizando a contratação;
- VIII - praticar outras ações e atividades compatíveis com seu cargo se delegadas pela Assembléia Geral inclusive representar o Consórcio perante Instituições Financeiras juntamente com o Secretario Executivo, realizar a movimentação de recursos financeiros, aplicações financeiras e Investimentos;
- IX - aprovar a seleção competitiva pública realizada para contratação de empregados para promover o quadro de pessoal efetivo do Consórcio para o desempenho de tarefas técnicas administrativa e de manutenção;
- X - aprovar a demissão de empregados do Consorcio;
- XI - aprovar a contratação de prestação de serviços técnicos e científico especializados, em caráter temporário;
- XII - cumprir e fazer cumprir as determinações contidas neste Protocolo de Intenções, no Estatuto da ENTIDADE, seu Regimento Interno, bem como as delibera-

REGISTRO EM PRAZO DE 15 DIAS  
C. A. W. L. L. P. Pessoa Jurídica  
Robert Jonczyk Oficial 5016 (41) 3025-6771  
Rua Senador Pinheiro Machado, 361  
CEP 84010-710 - Ponta Grossa - PR

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Large handwritten signature]*

ções tomadas pela Assembleia Geral,

Cláusula 13 - Compete ao Vice-presidente substituir o Presidente em seus impedimentos, afastamentos e/ou licenças, bem como representa-lo por delegação expressa.

### Seção III

#### Do Conselho Fiscal

Cláusula 14 - O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, a quem compete:

- I - fiscalizar permanentemente a contabilidade;
- II - acompanhar e fiscalizar quaisquer operações econômico-financeiras;
- III - exercer o controle de gestão e das finalidades,
- IV - emitir parecer sobre o plano de atividades, proposta orçamentária, balanços contábeis e relatórios em contas em geral,
- V - eleger, dentre seus membros, o Presidente.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados pelo exercício de suas funções.

§ 2º - O Conselho Fiscal reunir-se-á quando convocado pelo Presidente do CIMSAMU, pela maioria da Diretoria Administrativa, pelo seu Presidente ou ainda por 2/3 (dois terços) de seus membros.

### Seção IV

#### Do Comitê Gestor

Cláusula 15 - O Comitê Gestor Regional de Atenção às Urgências constitui-se em instância participativa dedicada aos debates, elaboração de proposições e pactuações sobre as políticas de organização e a operação do Sistema de atenção Integral às Urgências da região, funcionando, como Órgão Consultivo da gestão Regional e será composto por órgãos representativos das seguintes entidades, em

igual número para a 3ª, 4ª e 21ª Regionais de Saúde do Estado do Paraná;

I - um representante de cada Regional de Saúde;

II - dois coordenadores municipais de Atenção às urgências a serem designados pelo respectivo Conselho regional de Secretários Municipais de Saúde;

III - um representante do município sede de regional de saúde.

IV - um dos serviços de saúde que assinaram ou vierem a assinar o Termo de Adesão ao Sistema SAMU;

V - representante do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, da Polícia Militar, das polícias Rodoviárias Estadual e Federal;

VI - um representante da Defesa Civil,

VII - um representante das Instituições e Serviços de Salvamento e Resgate envolvidos no âmbito de responsabilidade do Comitê Regional

Parágrafo Único - Os objetivos, estruturação e forma de funcionamento do Comitê Gestor Regional de Atenção às Urgências serão definidas em Regimento próprio.

## Seção V

### Da Secretaria Executiva

Cláusula 16 - A Secretaria Executiva do CIMSAMU, órgão de planejamento, coordenadora e execução de suas finalidades operacionais, fica assim constituída

I - Diretor Executivo;

II - Departamento Jurídico;

III - Departamentos técnicos;

IV - Controladoria Interna.

Cláusula 17 - O Diretor Executivo é cargo de provimento em comissão e seu ocupante será nomeado pelo Presidente do CIMSAMU *ad referendum* da maioria dos componentes da Diretoria Administrativa, sendo requisito de preenchimento a conclusão de curso superior e experiência comprovada na área administrativa pública, a quem compete:



45/32

1. **INSCRIÇÃO DE EMPRESAS - DESPACHOS**  
 2. **Civil das Pessoas Jurídicas**  
 Robert Jonczyk Oficial Fone (42)35025577  
 Rua SenaGor Pinheiro Machado, 361  
 CEP Santo 110 Ponta Grossa PR

W3  
Fili

2



41

6

*Wm.*



6

2 Xmas. 15 24

Estados Unidos

Green-  
grana,

16/32

bem como de comprovada experiência na área de direito público, a quem compete

I - controlar, executar e coordenar as atividades de natureza jurídica relacionada ao CIMSAMU.

II - analisar, sob o ponto de vista jurídico, os processos que lhe sejam submetidos pelo Presidente e demais unidades administrativas do CIMSAMU, emitindo parecer a respeito;

III - participar de sindicâncias e processos administrativos emitindo orientação jurídica conveniente;

IV - realizar estudos sobre a legislação federal, estadual e municipal, cientificando o Presidente e demais órgãos, quando se tratar de assunto de interesse do CIMSAMU;

V - promover a cobrança judicial da dívida ativa e de quaisquer outros créditos não liquidados nos prazos legalmente estabelecidos;

VI - prestar assistência jurídica necessária nos atos praticados pelo Presidente, aquisições, bem como, nos contratos firmados pelo CIMSAMU e nos procedimentos licitatórios;

VII - prestar assessoramento jurídico para o Presidente em procedimentos que envolvam, concomitantemente, estes e o CIMSAMU, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

VIII - representar o CIMSAMU em qualquer instância judicial, atuando o mesmo como autor ou réu, assistente, oponente ou simplesmente interessado;

Cláusula 20 - O Departamento Técnico será coordenado pelo Diretor Executivo e será composto de:

I - Coordenação Administrativa;

II - Coordenação Financeira Contábil;

III - Coordenação Clínica;

IV - Coordenação de Enfermagem.

Registro de Imóveis, Documentos  
e Civil das Pessoas Jurídicas  
Robert Janczyk Oficial Fore 14.11.025.677L  
Rua Senador Pinheiro Machado, 35  
CEP 84010-310 - Ponta Grossa, PR

§ 1º - Os Coordenadores de cada Departamento terão a sua respectiva atribuição de livre nomeação e exoneração pelo Presidente do CIMSAMU.

§ 2º - As Coordenações - Técnicas serão compostas por técnicos especializados, cuja composição e atribuições serão definidas pelo Conselho de Administração do CIMSAMU.

§ 3º - O preenchimento dos cargos existentes em cada Coordenação Técnica, exceto seus Coordenadores, será por meio de processos seletivos, mediante processo de seleção competitiva pública.

Clausula 11 - O Sistema de Controle Interno do CIMSAMU, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, aliçada na realização de auditorias, visa a avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores tendo as seguintes competências:

I - avaliar o cumprimento das metas fiscais e financeiras estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - realizar o controle em todos os níveis e em todas as unidades do CONSÓRCIO com relação à perfeita execução da Receita e Despesa Orçamentária;

III - exercer o controle das operações de crédito e garantias bem como os direitos e haveres da ENTIDADE;

IV - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e do pessoal;

V - exercer controle das informações para o sistema de Auditoria Pública do Tribunal de Contas do Estado;

VI - realizar periodicamente, junto à Coordenação Financeira Contábil, auditoria nos sistemas contábeis, financeiro e patrimonial inclusive nas prestações de contas dos suplementos de fundos concedidos, emitindo parecer técnico conclusivo baseado nos resultados encontrados;

VII - receber e apurar procedência de declarações ou denúncias sobre questões relacionadas à execução orçamentária e financeira, sugerindo, quando for o caso, a instalação de sindicâncias e inquéritos administrativos pertinentes;

VIII - emitir parecer e relatório;

13/32

IX - prestar assessoramento direto e imediato nos assuntos relativos ao Controle Interno, especialmente no que diz respeito aos dispositivos de Lei de Responsabilidade Fiscal.

X - apoiar o controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná no exercício de sua missão institucional;

XI - executar outras atividades afins ou correlatas, no âmbito de sua competência.

Cláusula 22 - O cargo de Controlador Interno será de provimento em confiança, de livre nomeação e exoneração pelo Presidente, de funcionário de carreira do CONSÓRCIO ou de algum Município Consorciado, devendo ser referendado pela maioria dos membros da Diretoria Administrativa, e será exercido por ocupante que detenha suficiente habilitação técnica quando a área de atuação assim o exigir.

Cláusula 23 - O funcionário público pertencente ao Quadro do Município Consorciado que assumir a função de Controlador, ou outra no CIMSAMU, poderá optar pela remuneração integral do cargo em comissão concernente, ressalvadas as condições estabelecidas pelos respectivos termos de permuta, disposição ou cessão.

Clausula 24 - O Controlador Interno poderá ser auxiliado por assistentes administrativos do quadro do CIMSAMU, mediante designação do Presidente do CONSÓRCIO.

Cláusula 25 - Para o desempenho de suas atribuições constitucionais e legais o Controlador Interno poderá manifestar-se por meio de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres, orientações normativas e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar possíveis irregularidades.

Cláusula 26 - Constituem-se garantias do ocupante do cargo de Controlador Interno:

I - a independência profissional para o desempenho das atividades pertinentes;

II - o livre acesso, com prévia comunicação, às repartições, documentos e bancos de dados indispensáveis ao exercício das funções de controle interno;

III - o acesso aos sistemas de informática, documentos e local de trabalho ade-

1. Registro de Títulos e Documentos  
2. Registro de Títulos e Documentos  
3. Registro de Títulos e Documentos  
4. Registro de Títulos e Documentos  
5. Registro de Títulos e Documentos  
6. Registro de Títulos e Documentos  
7. Registro de Títulos e Documentos  
8. Registro de Títulos e Documentos  
9. Registro de Títulos e Documentos  
10. Registro de Títulos e Documentos  
11. Registro de Títulos e Documentos  
12. Registro de Títulos e Documentos  
13. Registro de Títulos e Documentos  
14. Registro de Títulos e Documentos  
15. Registro de Títulos e Documentos  
16. Registro de Títulos e Documentos  
17. Registro de Títulos e Documentos  
18. Registro de Títulos e Documentos  
19. Registro de Títulos e Documentos  
20. Registro de Títulos e Documentos  
21. Registro de Títulos e Documentos  
22. Registro de Títulos e Documentos  
23. Registro de Títulos e Documentos  
24. Registro de Títulos e Documentos  
25. Registro de Títulos e Documentos  
26. Registro de Títulos e Documentos  
27. Registro de Títulos e Documentos  
28. Registro de Títulos e Documentos  
29. Registro de Títulos e Documentos  
30. Registro de Títulos e Documentos  
31. Registro de Títulos e Documentos  
32. Registro de Títulos e Documentos  
33. Registro de Títulos e Documentos  
34. Registro de Títulos e Documentos  
35. Registro de Títulos e Documentos  
36. Registro de Títulos e Documentos  
37. Registro de Títulos e Documentos  
38. Registro de Títulos e Documentos  
39. Registro de Títulos e Documentos  
40. Registro de Títulos e Documentos  
41. Registro de Títulos e Documentos  
42. Registro de Títulos e Documentos  
43. Registro de Títulos e Documentos  
44. Registro de Títulos e Documentos  
45. Registro de Títulos e Documentos  
46. Registro de Títulos e Documentos  
47. Registro de Títulos e Documentos  
48. Registro de Títulos e Documentos  
49. Registro de Títulos e Documentos  
50. Registro de Títulos e Documentos  
51. Registro de Títulos e Documentos  
52. Registro de Títulos e Documentos  
53. Registro de Títulos e Documentos  
54. Registro de Títulos e Documentos  
55. Registro de Títulos e Documentos  
56. Registro de Títulos e Documentos  
57. Registro de Títulos e Documentos  
58. Registro de Títulos e Documentos  
59. Registro de Títulos e Documentos  
60. Registro de Títulos e Documentos  
61. Registro de Títulos e Documentos  
62. Registro de Títulos e Documentos  
63. Registro de Títulos e Documentos  
64. Registro de Títulos e Documentos  
65. Registro de Títulos e Documentos  
66. Registro de Títulos e Documentos  
67. Registro de Títulos e Documentos  
68. Registro de Títulos e Documentos  
69. Registro de Títulos e Documentos  
70. Registro de Títulos e Documentos  
71. Registro de Títulos e Documentos  
72. Registro de Títulos e Documentos  
73. Registro de Títulos e Documentos  
74. Registro de Títulos e Documentos  
75. Registro de Títulos e Documentos  
76. Registro de Títulos e Documentos  
77. Registro de Títulos e Documentos  
78. Registro de Títulos e Documentos  
79. Registro de Títulos e Documentos  
80. Registro de Títulos e Documentos  
81. Registro de Títulos e Documentos  
82. Registro de Títulos e Documentos  
83. Registro de Títulos e Documentos  
84. Registro de Títulos e Documentos  
85. Registro de Títulos e Documentos  
86. Registro de Títulos e Documentos  
87. Registro de Títulos e Documentos  
88. Registro de Títulos e Documentos  
89. Registro de Títulos e Documentos  
90. Registro de Títulos e Documentos  
91. Registro de Títulos e Documentos  
92. Registro de Títulos e Documentos  
93. Registro de Títulos e Documentos  
94. Registro de Títulos e Documentos  
95. Registro de Títulos e Documentos  
96. Registro de Títulos e Documentos  
97. Registro de Títulos e Documentos  
98. Registro de Títulos e Documentos  
99. Registro de Títulos e Documentos  
100. Registro de Títulos e Documentos

19/30

quadro, no primeiro ano após o exercício do cargo de Controlador Interno, para a exclusiva elaboração da prestação de contas e emissão de parecer prévio das contas do CONSÓRCIO para encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado.

Cláusula 27 - O servidor guardará sigilo dos dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados a autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

## Capítulo VI

### PESSOAL

Cláusula 28 - O CIMSAMU contará com quadro de pessoal composto de cargos de provimento em comissão, em confiança e de empregados, pelo regime da CLT, conforme Anexo I, sendo estes últimos admitidos por meio de processo seletivo público, de acordo com as normas que orientam a Administração Pública.

§ 1º - O regime jurídico dos empregos será aquele previsto na Consolidação das Leis do Trabalho e demais legislações atinentes, afastada qualquer disposição característica da carreira de servidor público, especialmente a estabilidade no serviço, sendo que serão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 2º - A alteração no número de vagas, fixação da remuneração, da jornada de trabalho, das atribuições e lotação de cada um dos cargos será disciplinada pela Assembleia Geral, na forma que definir o Estatuto Social e o Regimento Interno da ENTIDADE.

§ 3º - O quadro de pessoal e disposições correlatas poderão ser alterados pela Assembleia Geral, na forma que definir o Estatuto Social e o Regimento Interno do CIMSAMU.

Clausula 29 - Poderão ser contratados profissionais por tempo determinado, sem restrição de número, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Paragrafo Único. Os casos que demandem a contratação temporária serão avali-

1. Repetição: Fatos e Circunstâncias  
2. Qualificação: Pessoa Jurídica  
Rottenberg, Oficial Fone (41) 3025-6221  
Rua Senador Pinheiro Machado, 361  
CEP 84010-310 - Ponta Grossa - PR

ados e autorizados pela maioria dos membros da Diretoria Administrativa

Cláusula 30 - Os entes federados consorciados poderão ceder servidores que integrem seus quadros, desde que permitido em sua Legislação

## CAPÍTULO VII

### DO CONTRATO DE GESTÃO E TERMO DE PARCERIA

Cláusula 31 - O CIMSAMU poderá firmar Contratos de Gestão e Termos de Parceria definidos na Lei nº 9.637/1998 e Lei nº 9.790/1999, respectivamente, por deliberação da maioria absoluta dos consorciados presentes na Assembleia Geral

## CAPÍTULO VIII

### DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Clausula 32 - Os Municípios autorizam a gestão associada dos serviços públicos relacionados com a execução das finalidades consorciadas, em especial para:

- I - manter em funcionamento as unidades de suporte básico e avançado, descentralizado em suas bases, observado o Plano de Atenção Integral às Urgências,
- II - manter e gerenciar a estrutura de regulação e as estruturas regionais (Bases) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);
- III - manter em funcionamento a Central de Regulação Médica das Urgências, utilizando o número exclusivo e gratuito - 192,
- IV - operacionalizar o funcionamento da Rede de Urgência e Emergência, equilibrando a distribuição da demanda de urgência e proporcionando resposta adequada e adaptada às necessidades do cidadão;
- V - manter a regulação médica para o atendimento pré-hospitalar móvel de urgência, tanto em casos de traumas como em situações clínicas, prestando os cuidados médicos de urgência apropriados ao estado de saúde do cidadão e, quando se fizer necessário, transportá-lo com segurança e com o acompanhamento de profissionais da Rede de Atenção às Urgências até o ambulatório ou hospital;

Assinatura: [Assinatura]  
e Carimbo: [Carimbo]  
Robert Pinckney Oficial Fore 141.025-627  
Rua Senador Pinheiro Machado, 361  
CEP 81010-210 Ponta Grossa, PR

1 - Registro de Trocas Documentos  
PCC nº 11 das Pastas Jurídicas  
Robert Janczyk Oficial Fone (42)3025.6771  
Rua Senador Pinheiro Machado, 361  
CEP 84010-110 Ponta Grossa PR

VI - regular e organizar as transferências inter hospitalares de pacientes graves internados pelo SUS, ativando equipes apropriadas para as transferências de pacientes.

Cláusula 33 - Para a consecução da gestão associada, os entes transferem ao CONSÓRCIO o exercício das competências de planejamento, da regulação, da fiscalização e da execução dos serviços públicos que se fizerem necessários ao cumprimento de seus objetivos.

Cláusula 34 - Os Municípios prestam consentimento para o CONSÓRCIO licitar ou outorgar autorização na prestação dos serviços.

Cláusula 35 - Ao CONSÓRCIO somente é permitido comparecer a contrato de programa para.

I - na condição de contratado, prestar serviços públicos relacionados ao objeto consorciado, por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, tendo como contratante Município consorciado;

II - na condição de contratante, outorgar autorização na prestação de serviços públicos relacionados ao objeto consorciado desde que a órgão ou entidade de ente consorciado.

Cláusula 36 - Os contratos de programa serão firmados em conformidade com a Lei Federal nº 11.107/2005 e com o Decreto Federal nº 6.017/2007 e celebrados mediante dispensa de licitação, nos termos do inciso XXVI do Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Cláusula 37 - Os contratos de programa celebrados pelo consórcio poderão estabelecer a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços contratados.

Cláusula 38 - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da delegação dos serviços públicos contratados, inclusive o contratado com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - o modo, a forma e as condições de prestação dos serviços;



22/32

III - os critérios, indicadores, e parâmetros-definidores da qualidade dos serviços,

IV - os direitos, garantias e obrigações do contratante e do prestador, inclusive os relacionados as previsíveis necessidades de futuras alterações e expansões dos serviços,

V - as penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita o prestador dos serviços, inclusive quando consórcio público, e sua forma de aplicação,

VI - os casos de extinção;

VII - os bens reversíveis;

VIII - a obrigatoriedade, a forma e a periodicidade da prestação de contas do consórcio público ou de outro prestador dos serviços, no que se refere à prestação dos serviços por gestão associada de serviço público;

IX - a periodicidade conforme a qual os serviços serão fiscalizados;

X - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

Cláusula 39 - No caso da prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também serão necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu.

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao prestador dos serviços, inclusive quando este for o CONSÓRCIO;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas, taxas ou outras emergências da prestação dos serviços.

1. Associação Jurídica e Econômica  
e Civil das Pessoas Jurídicas  
Robert Jarczyk Oficial Fone 1423025-6244  
Rua Senador Pinheiro Machado, 361  
CEP 84010-310 Ponta Grossa, PR

5/32

1 - Expediente de Intimacao e Intimacoes  
 2 - Cartas e Correspondencias  
 Robert JencyM Oficial Fone (42)3327-5671  
 Rua Senador Pinheiro Machado, 361  
 CEP 81.030-310 Ponta Grossa PR

123

2

4.

2

## DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS



9.

Art. 47 - O Estatuto Social definirá a forma de pagamento, inadimplências, multas e ingresso de novos consorciados.

24/31

## CAPÍTULO X

### DO CONTRATO DE RATEIO

Cláusula 48 - A fim de transferir recursos ao consórcio será formalizado, em cada exercício financeiro, contrato de rateio entre os entes consorciados.

§ 1º - O prazo de vigência do contrato não será superior ao das dotações que o suportarem, ressalvadas as hipóteses dispostas no § 1º, artigo 8º, da Lei Federal nº 11.107/2005;

§ 2º - Cada ente consorciado efetuará a previsão de dotações suficientes na Lei orçamentária ou em créditos adicionais, sob pena de suspensão e, depois, exclusão do Consórcio Público.

123  
du

## CAPÍTULO XI

### DA RETIRADA, EXCLUSÃO DO ENTE CONSORCIADO E DESTINAÇÃO DE BENS

Cláusula 49 - Serão obedecidos os critérios de retirada, exclusão e destinação de bens do ente consorciado expressos nos Capítulos IV e V do Decreto Federal nº 6017/2007, sendo as especificidades estabelecidas quando da elaboração do Estatuto pela Assembleia Geral.

## CAPÍTULO XII

### DA ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Cláusula 50 - O presente Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consórcio Público por ratificação das Câmaras de Vereadores de pelo menos 2 (dois) entes signatários, somente poderá ser alterado ou extinto por deliberação de 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral devidamente convocada para tal fim, e ratificado mediante Lei por todos os entes consorciados.

## CAPÍTULO XIII

### DA RATIFICAÇÃO

gde  
Lec

24

1. Registro de Imóveis e Documentos  
e Cartões Físicos Jurídicos  
ROBERTO DE ALMEIDA  
Rua Senador Pinheiro Machado, 361  
CEP 84010-310 - Ponta Grossa - PR

Clausula 14 - Após sua assinatura e o presente Protocolo de Intenções, será ato metido à ratificação pelos Comandantes, Vereadores, da Junta, entre capitulano quando se convertera em Conselho do Comando Público nos termos da Lei nº 1.000/2010.

#### CAPÍTULO XIV

##### FORMA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL

Clausula 15 - As eleições dos membros da Diretoria Administrativa e dos membros titulares do Conselho Fiscal, do CIMSAMU, acontecerão a cada 02 (dois) anos, sendo adotada uma rotatividade consecutiva, entre os meses de dezembro a fevereiro e serão realizadas em Assembleia Geral de Eleição conforme Edital de Convocação expedido a cada consorciado e publicado em jornal de circulação regional ou Diário Oficial do Município onde está localizada a sua sede, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência.

Parágrafo primeiro - A primeira eleição para os cargos da Diretoria Administrativa observará o disposto no presente Protocolo de Intenções e os membros eleitos exercerão suas respectivas atribuições até fevereiro de 2019, oportunidade em que deverão ser realizadas novas eleições para o período 2019/2020.

Parágrafo segundo: Para as eleições dos cargos da Diretoria Administrativa e do Conselho Fiscal, será composta comissão especial para organização do ato eleitoral e análise dos registros das chapas concorrentes, composta pelo Diretor Executivo e pelos membros do Departamento Jurídico do CIMSAMU.

Parágrafo terceiro. O Presidente do CIMSAMU, por intermédio do Diretor Executivo, publicará Edital de Convocação para as eleições da ENTIDADE, fazendo nele constar:

- I - Data, hora e local do pleito eleitoral,
- II - Nome completo e RG dos componentes da comissão especial do que trata o parágrafo anterior,
- III - Prazo para apresentação das candidaturas, observado o disposto neste Protocolo de Intenções ou no Estatuto da ENTIDADE;

26/32

IV - Prazo para recursos.

V - Outras informações necessárias à realização do pleito.

Cláusula 53 - As chapas que desejem concorrer às eleições deverão efetuar seus registros, de forma completa, em até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia de Eleição.

Parágrafo único. O registro das chapas concorrentes somente será admitido quando contar com a assinatura de cada um dos membros que a compõem, sendo vedada a participação de um mesmo membro em chapas concorrentes, prevalecendo aquela que por primeiro solicitar o seu registro de candidatura.

Cláusula 54 - As chapas deverão, obrigatoriamente, ser apresentadas com a seguinte composição além da denominação escolhida:

I - Diretoria Administrativa:

- a) Presidente;
- b) Vice Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro;

II - Conselheiros Fiscais, sendo 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes.

Parágrafo único: A gestão da Diretoria Administrativa e do Conselho Fiscal é de duração de 02 (dois) anos sendo possível uma reeleição consecutiva.

Cláusula 55 - O registro de candidatura será apreciado, em conjunto, pelo Direto Executivo e Departamento Jurídico e se não aceito, o que deve ser feito de forma motivada, permitirá aos interessados a apresentação de recursos ou correção de eventuais falhas, à Diretoria Administrativa do CIMSAMU, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Clausula 56 - A mesa eleitoral será constituída por um Presidente e dois mesários, com direito a voto, nomeados pelo Presidente do CIMSAMU entre os representantes dos consorciados presentes, os quais rubricarão as cédulas de votos.

Cláusula 57 - A mesa eleitoral verificará a identidade dos consorciados que se apresentarem para o exercício do voto e receberão suas assinaturas em folhas

1. Registro de Eleições e Inscrição  
e Cédulas - Pólo 01 Juridicas  
Robert 197776 Oficial - Fone 1421025-7771  
Rua Senador Pinheiro Machado, 361  
CEP 84010-210 Ponta Grossa - PR

21/32

respostas devidamente rubricadas pelos membros.

Cláusula 58 - O voto será direto, secreto e com valor igual para todos os membros.

Parágrafo único - É vedado o cômputo dos votos para qualquer forma de voto, em qualquer hipótese.

Cláusula 59 - Terá direito a voto o Prefeito representante do ente consorciado e, na sua impossibilidade de comparecimento, o Vice-Prefeito ou o Secretário de Saúde do Município, desde que apresente procuração assinada pelo Prefeito credenciando-o ao exercício do voto.

Cláusula 60 - O serviço de apuração dos votos será feito pela própria mesa eleitoral imediatamente após o encerramento das votações.

Parágrafo único - A apuração dos votos será pública, podendo o Presidente da mesa convidar consorciados para o acompanhamento dos trabalhos.

Cláusula 61 - Terminada a apuração geral, o Presidente da mesa eleitoral fará a leitura dos resultados, sendo proclamada eleita a chapa mais votada.

Parágrafo único: Em caso de empate de votação, será considerada eleita a chapa cujo candidato a Presidente seja o mais idoso.

Cláusula 62 - A Diretoria Administrativa baixará as normas complementares necessárias ao Processo Eleitoral do CIMSAMU, inclusive quanto a prazos diversos, fiscalização, eventuais substituições de candidatos, acompanhamento e apuração das eleições e prazos para impugnação e recursos, conjuntamente com o Edital de Convocação das Eleições.

Cláusula 63 - Para as reuniões da Assembleia Geral de Eleição o quórum de instalação da reunião é de maioria absoluta dos membros consorciados.

Cláusula 64 - A chapa vencedora do pleito eleitoral tomará posse no prazo de 30 (trinta) dias, em data, hora e local designado pela Diretoria Administrativa ou pelo Diretor Executivo da entidade em conjunto com o Departamento Jurídico.

Parágrafo único. No prazo deste artigo, o Presidente do CIMSAMU deverá convidar os membros eleitos da Diretoria Administrativa e do Conselho Fiscal para que tomem conhecimento das condições de existência do CONSÓRCIO, podendo, para tanto, ser organizada equipe de modo a permitir adequada transparência ao

28/32

procedimento de transição da Diretoria Administrativa da entidade.

## CAPÍTULO XV

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 65 - O CIMSAMU observará os princípios da Administração Pública, especialmente no que atine a aquisição de bens e serviços e publicidade de seus atos, de acordo com a Lei 8.666/1993

Cláusula 66 - Os critérios, condições e valores destinados ao financiamento das atividades do CIMSAMU serão pactuados em Comissão Inter Gestores Bipartite (CIB).

Cláusula 67 - Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao CIMSAMU mediante contrato de rateio, observado o artigo 13 do Decreto Federal nº 6.017/2007.

Clausula 68 - A delegação de competências dos Chefes do Poder Executivo serão admitidas para o cumprimento de atribuições desde que devidamente publicados.

Clausula 69 - Os casos omissos serão dirimidos em conformidade com a previsão na Lei Federal nº 11.107/2005 e no Decreto Federal nº 6.017/2007, que disciplinam os Consórcios Públicos.

Clausula 70 - As partes signatárias se comprometem a empreender todas as ações necessárias a implementar, no menor tempo possível as determinações constantes neste Protocolo de Intenções.

E assim, por estarem devidamente ajustados, elegem o Foro da Comarca Ponta Grossa, Estado do Paraná, para dirimir eventuais controvérsias, firmando o presente Protocolo Intenções em 4 (quatro) vias de igual forma e teor para publicação nos órgãos de imprensa oficiais de cada ente signatário.

Ponta Grossa, 22 junho de 2017.

Protocolo de Intenções  
CIMSAMU  
Ponta Grossa, 22 de junho de 2017  
Ponta Grossa, PR

*[Handwritten signatures and initials of the signatories]*



24/32

QUADRO DE CARGOS - CIMSAMU

CARGO	CARGA HORÁ- RIA/semana	SALÁRIO
Diretor Geral	40 horas	R\$ 9.000,00
Diretor Executivo	40 horas	R\$ 5.500,00
Diretor Técnico	40 horas	R\$ 12.983,55
Diretor de Enfermagem	40 horas	R\$ 5.500,00
Controlador Interno	40 horas	R\$ 5.500,00
Diretor Financeiro Contábil	40 horas	R\$ 5.500,00
Diretor Jurídico	20 horas	R\$ 5.500,00
Agente Administrativo	40 horas	R\$ 1.308,73
Assessor Jurídico	20 horas	R\$ 2.373,68
Contador	40 horas	R\$ 2.694,45
Enfermeiro	40 horas	R\$ 2.279,94
Farmacêutico	40 horas	R\$ 2.694,45
Médico	12 horas	R\$ 4.524,85
Médico	24 horas	R\$ 9.049,71
Motorista socorrista	40 horas	R\$ 1.308,73
Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.308,73
Rádio Operador	40 horas	R\$ 1.308,73
Técnico Auxiliar de Regulação Médica - TARM	30 horas	R\$ 1.041,85
Zelador	40 horas	R\$ 966,50

Escritório de Estudos e Projetos  
CC - 101 de Fossos Jurídicos  
Ribeiro Jurek - Oficial - Fone 1425025/4271  
Rua Senador Pinheiro Machado 361  
CEP 84010-310 - Ponta Grossa - PR

1  
BRAS RIZZI  
Prefeito de Anapuã

OSMAN JOSE BLUM JUNIOR  
Prefeito de Caranhoba

MOACYR LADFI  
Prefeito de Castro

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS  
Prefeito de Curitiba

CLEONICE APARECIDA KUFENI R. SCHUCK  
Prefeita de Fernandes Pinheiro

ANGITO MACHADO  
Prefeito de Guamaranga

LAUR DE OLIVEIRA  
Prefeito de Imbau

BERTOLDO ROVER  
Prefeito de Imbituva

EDEMETRIO BENATO JUNIOR  
Prefeito de Inácio Martins

LUIZ CARLOS BLUM  
Prefeito de Ipiranga

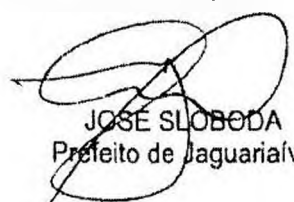
2/32



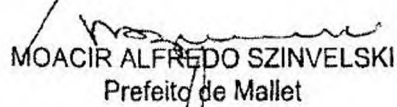
JORGE DERBLI  
Prefeito de Itaiti



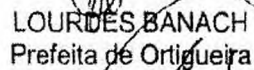
IDIR TREVISIO  
Prefeito de Ivaí



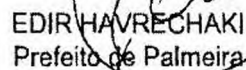
JOSÉ SLOBODA  
Prefeito de Jaguariaíva



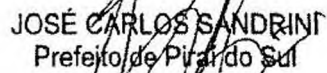
MOACIR ALFREDO SZINVELSKI  
Prefeito de Mallet




LOURDES BANACH  
Prefeita de Ortigueira



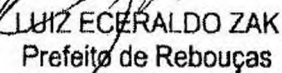
EDIR HAVRECHAKI  
Prefeito de Palmeira



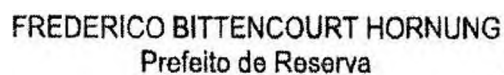
JOSÉ CARLOS SANDRINI  
Prefeito de Piratão Sul



MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA  
Prefeito de Ponta Grossa



LUIZ EZEQUIEL ZAK  
Prefeito de Rebouças



FREDERICO BITTENCOURT HORNUNG  
Prefeito de Reserva

Requisição de Emissão e Encargamento  
e Cód. das Pessoas Jurídicas  
Robert Jonczyk Oficial Fone (42) 3025-5274  
Rua Senador Pinheiro Machado, 361  
CEP 84010-310 Ponta Grossa, PR



ROBRIGO SKALICZ  
Prefeito de Rio Azul

ABIMAELO DO VALLE  
Prefeito de São João do Triunfo

NELSON FERREIRA RAMOS  
Prefeito de Sengés

LULA THOMAZ  
Prefeito de Teixeira Soares

MARCIO ARTUR DE MATOS  
Prefeito de Telêmaco Borba

RILDO EMANOEL LEONARDI  
Prefeito de Tibagi

ANTONIO KELLY SANTIGO  
Prefeito de Ventania

JULIANO JARONSKI  
Jurídico do CIMSÁUDE  
OAB 32183

1. K...  
SE...  
R...  
CEP...

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
Protocolado nº 258121 / Registrado nº 174888.  
Protocolo nº 196.85, "unidade" 53.08, Empor nº 2, tom 2º 117 191 e 394  
Selo: 9pr-PC, M5yUn, INW3h, Contingê P/CK, 8BKG7  
Ponta Grossa-PR, 24 de Abril de 2018

Alday Cristina Gomes, Secretária

OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas  
1399/2018 Liv 36  
1 PEG CIVIL PES JURID



NATHALIA CASIMIRO GUERREIRO  
AUXILIAR JURAMENTADA

Acab..... ESTATUTO  
Custas.... VRC 14,31 R\$ 17,20 (Custas Pagas)  
PONTA GROSSA/PR, 10/04/2018 - 12:31:28  
Distribuidor Judicial